

**Relatório da Administração:** Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. I. **Desempenho operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para emissão do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado pela bandeira Verdecard, cartão de crédito Rede Vivo, emitido e administrado pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breithaupt, emitido e administrado pela bandeira Via Certa, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 1º de novembro de 2015, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira e as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A., com condições de Não Exclusividade, até 5 de outubro de 2017 e possibilidades de renovação ao final deste. Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias fora do Grupo Quero-Quero. II. **Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possuiu títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de junho de 2017. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. III. **Gestão de risco operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. IV. **Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. V. **Risco socioambiental:** Em atendimento à Resolução nº 4.327/14 do CMN, a Financeira implementou a Política de Risco Socioambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. VI. **Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. VII. **Ouidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação da Ouidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouidoria e as atribuições do Diretor de Ouidoria.

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa - Método Indireto Semestres findo em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres findo em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)								
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017	2016	Reserva de lucros	Capit. Soc.	Legal	Estatutária	Lucr. acum.	Total
<b>Circulante</b>		<b>179.396</b>	<b>152.279</b>	<b>Circulante</b>		<b>63.846</b>	<b>13.288</b>	<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>3.831</b>	<b>3.336</b>						
Disponibilidades	4	462	311	Recursos aceites e emis. de tit.		55.746	4.609	Ajustes por:								
Títulos e valores mobil.		38.319	27.983	Recursos de aceites cambiais	8	55.746	4.609	Const. de provisão para operac. de cré. de liq. duvid.	15.277	15.546						
Carteira própria	4	38.319	27.983	Outras obrigações		8.100	8.679	Depreciações e amortizações	155	186						
<b>Operações de crédito</b>		<b>132.719</b>	<b>118.041</b>	Coabrança e arrecadação de tributos e assemelhados				Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.074	1.866						
Setor privado	5a	141.318	125.767	Sociais e estatutárias		163	134		18.506	17.598						
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(8.599)	(7.726)	Fiscais e previdenciárias				<b>Variações nos ativos e passivos</b>								
Outros créditos		7.896	5.944	Outras obrigações - diversas	9	6.559	5.624	(Aumento) em operações de crédito	(24.532)	(27.741)						
Outros créditos diversos	6	7.896	5.944	Exigível a longo prazo		94.783	119.347	(Aumento) redução em outros créditos	(386)	233						
Realizável a longo prazo		15.442	14.387	Depósitos a prazo		56	-	Aumento em depósitos a prazo	56	-						
<b>Operações de crédito</b>		<b>14.884</b>	<b>13.941</b>	Depósitos a prazo	7	56	-	Aum./(red.) em rec. de aceites camb. e emissão de tit. (Redução)/aumento em outras obrigações	15.318	(8.760)						
Setor privado	5a	34.903	34.552	Recursos aceites e emis. de tit.		94.727	119.347	(12.299)	(35.186)							
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(20.019)	(20.611)	Recursos de aceites cambiais	8	94.727	119.347	(2.855)	(2.085)							
Outros créditos		558	446	<b>Patrimônio líquido</b>	10	<b>37.045</b>	<b>34.786</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>7.183</b>	<b>(16.337)</b>						
Outros créditos diversos	6	558	446	Capital				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>								
Permanente		836	755	De domiciliados no país		33.288	33.288	Aquisição de imobilizado	(74)	(178)						
Imobilizado de uso		836	599	Reservas de lucros		3.757	1.498	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de invest.</b>	<b>(74)</b>	<b>(178)</b>						
Imobilizado de uso		1.511	1.059					<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>								
Depreciações acumuladas		(675)	(460)					Integração de capital		- 10.000						
Intangível		-	156					Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(1.751)	(3.497)						
Intangível		1.170	1.170	<b>Total do passivo e patrim. líquido</b>		<b>195.674</b>	<b>167.421</b>	Caixa liq. prov. das / (utiliz. nas) ativ. de financ.	(1.751)	6.503						
Amortizações acumuladas		(1.170)	(1.014)					Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.358	(10.012)						
<b>Total do ativo</b>		<b>195.674</b>	<b>167.421</b>					Caixa e equivalentes de caixa								
								No início do semestre	33.423	38.306						
								No fim do semestre	38.781	28.294						
								<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.358</b>	<b>(10.012)</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados Semestres findo em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)			
		2017	2016		2017	2016	
<b>1) Contexto operacional:</b> A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financeira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2017 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A., com condições de não exclusividade, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias, as quais representam, aproximadamente, 42,5% (30,0% em 2016) das operações de crédito da Financeira em 30 de junho de 2017. <b>2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 21 de agosto de 2017, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. <b>3) Descrição das principais práticas contábeis:</b> a. <b>Moeda funcional</b> - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. <b>Disponibilidades</b> - Disponibilidades são representadas por contas-correntes. c. <b>Apuração de resultados</b> - As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência. d. <b>Títulos e valores mobiliários</b> - De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) <b>Títulos para negociação</b> - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) <b>Títulos disponíveis para a venda</b> - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) <b>Títulos mantidos até o vencimento</b> - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. <b>Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa</b> - As operações de crédito estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. <b>Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo</b> - Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. g. <b>Permanente</b> - O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. i. <b>Tributos</b> - Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:							

	2017	2016
Imposto de renda (15% + adicional de 10%)	25%	20%
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	20%	20%
PIS/PASEP	0,65%	4%
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	4%	2%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)	2%	
<b>Total</b>	<b>94.263</b>	<b>61.016</b>

	2017	2016
Alíquotas vigentes		
A	49.795	670
B	5.585	1.002
C	8.513	481
D	6.037	337
E	4.949	329
F	4.821	393
G	3.150	404
H	14.113	3.451
<b>Total</b>	<b>94.263</b>	<b>61.016</b>

	2017	2016
Saldo inicial	28.856	28.856
Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa	15.277	15.546
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(15.515)	(18.927)
<b>Saldo final</b>	<b>28.618</b>	<b>28.337</b>

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	16	50
Adiantamentos por conta de imobilizado	479	2
Valores a receber de socied. ligadas (Nota 16.a)	455	6.038
Créditos tributários de impostos e contrib. (a)	7.076	235
Devedores diversos - País (b)	427	1
Despesas antecipadas com seguros	1	1
<b>Total</b>	<b>8.454</b>	<b>6.390</b>

	2017	2016
Crédito tributário de impostos e contribuições	7.076	6.038
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	6.518	5.592
Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos")	558	446
<b>Crédito tributário de impostos e contribuições</b>	<b>7.076</b>	<b>6.038</b>

	2017	2016
A vencer de 3 a 5 anos	56	216
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

>>> **continuação... Via Certa Financiadora S/A**  
**Valor presente dos créditos tributários:** De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 14,92% a.a., está representado por R\$ 3.771 (R\$ 3.259 em 2016) referentes ao imposto de renda e R\$ 3.017 (R\$ 2.608 em 2016) referentes à contribuição social.

**12) Receita de operações de crédito:**

	2017	2016
Receita com juros contratuais .....	60.841	51.903
Receita com juros de mora e multa .....	9.337	9.374
Descontos de juros contratuais, juro de mora e multa .....	(11.811)	(9.952)
Receita com recuperação de crédito (a) .....	3.196	2.558
<b>Total .....</b>	<b>61.563</b>	<b>53.883</b>

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

**13) Receita de prestação de serviços:** Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

	2017	2016
Receita com comissões sobre vendas de seguros .....	1.285	1.162
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança .....	202	225
Receita de serviços prioritários (a) .....	2.470	1.836
<b>Total .....</b>	<b>3.957</b>	<b>3.223</b>

(a) Refere-se à tarifa sobre serviços de confecção de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões.

**14) Outras despesas administrativas:**

	2017	2016
Despesas de serviços de terceiros (a) .....	25.124	19.668
Despesas com serviços técnicos especializados .....	1.572	1.544
Despesas com processamento de dados .....	1.400	1.184
Despesas com viagens .....	339	404
Despesas com propaganda e publicidade .....	557	342
Despesas de comunicações .....	276	131
Outras despesas .....	1.183	748
<b>Total .....</b>	<b>30.451</b>	<b>24.021</b>

(a) Em 30 de junho de 2017, do montante de R\$ 25.124 (R\$ 19.668 em 2016) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 20.743 (R\$ 17.157 em 2016) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.c.

**15) Despesas tributárias:**

	Aliquota	2017	2016
Programa de integração social (PIS) .....	0,65%	359	306
Contrib. para o financ. da seguridade social (COFINS) .....	4,00%	2.208	1.881
Imposto sobre serviços (ISS) .....	2,00%	79	64
Imposto s/ propriedade de veículos automotores (IPVA) .....	-	4	-
<b>Total .....</b>	-	<b>2.650</b>	<b>2.251</b>

**16) Transações com partes relacionadas:** Em 30 de junho de 2017 e 2016, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições específicas de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes:

Ativo	Lojas Quero		Verde Adm. Cartões		Agrup. Sentinelas Coxilhas		Via Certa Participações		Pessoas Físicas		Total
	Quero S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A		
Valores a receb. (a)	46	409	-	-	-	-	-	-	-	-	455
<b>(Passivo)</b>											
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(675)	(668)	(121.060)	(122.403)	-	-	-	-	(1.403)
Desp. adm. pagar (c)	(1.307)	(326)	-	-	-	(1.633)	-	-	-	-	(1.633)
<b>Resultado</b>											
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(290)	(230)	(6.947)	(7.467)	-	-	-	-	(14,210)
Rec. de seg. prot. financ.	210	-	-	-	-	210	-	-	-	-	(14,210)
Despesas adm. (c)	(14.826)	(2.052)	-	-	-	(16.878)	-	-	-	-	(14,210)

Ativo	Lojas Quero		Verde Adm. Cartões		Agrup. Sentinelas Coxilhas		Via Certa Participações		Pessoas Físicas		Total
	Quero S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A		
Valores a receb. (a)	65	409	-	-	-	-	-	-	-	-	474
<b>(Passivo)</b>											
Rec. de aceites camb. (b)	(3.018)	(6.258)	-	-	(84)	(8.920)	(11)	-	-	-	(18,291)
<b>Resultado</b>											
Rec. de aceites camb. (b)	(195)	(377)	(11)	(536)	(1)	(1,120)	-	-	-	-	(1,120)
<b>(Passivo)</b>											
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	-	(769)	-	(769)	-	-	-	-	(769)
Desp. adm. a pagar (c)	-	-	-	(185)	-	(185)	-	-	-	-	(185)
<b>Resultado</b>											
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	-	(23)	-	(23)	-	-	-	-	(23)
Desp. adm. (c)	-	-	-	(3.865)	-	(3,865)	-	-	-	-	(3,865)

Ativo	Lojas Quero		Verde Adm. Cartões		Agrup. Sentinelas Coxilhas		Via Certa Participações		Pessoas Físicas		Total
	Quero S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A	S/A		
Valores a receb. (a)	65	409	-	-	-	-	-	-	-	-	474
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	10
<b>(Passivo)</b>											
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(1.969)	(712)	(102.260)	(104,941)	-	-	-	-	(1,969)
Desp. adm. pagar (c)	(1.512)	(378)	-	-	-	(1,890)	-	-	-	-	(1,890)
Valores a repassar (d)	-	(36)	-	-	-	(36)	-	-	-	-	(36)
<b>Resultado</b>											
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	(120)	(115)	(7,963)	(8,198)	-	-	-	-	(8,198)
Rec. de seg. prot. financ.	268	-	-	-	-	268	-	-	-	-	(8,198)
Despesas adm. (c)	(15.043)	(2.114)	-	-	-	(17,157)	-	-	-	-	(17,157)
Rec. de oper. de cré.	-	-	-	-	-	4	-	-	4	4	4

(Passivo)	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	Scholz Participações S/A	Scholz Incorp. & Empr. Imob.Ltda	Hammer Particip. S/A	Total
Recursos de aceites camb. (b)	(2.906)	(436)	(8.740)	(2.111)	(14.193)
<b>Resultado</b>					
Recursos de aceites camb. (b)	(212)	(31)	(375)	(141)	(759)

(a) Valores a receber referente a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a ser repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de emissão cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do Depósito Interfinanceiro (DI) em 2017 e 2016. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2017, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira.

**Remuneração dos administradores:** No semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2017	2016
Remuneração .....	348	314
Encargos sociais .....	81	71
<b>Total .....</b>	<b>429</b>	<b>385</b>

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau. **17) Contingências:** O valor das contingências provisionadas contra a Financeira totaliza, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 1.209, referente a 193 processos cíveis e tributários (R\$ 537 em 2016, referente a 93 processos cíveis e tributários). **18) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: **a. Gestão de risco operacional:** em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **b. Risco de mercado:** em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **c. Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira associadas ao não cumprimento pela contraparte do empréstimo ou operação financeira em termos de suas obrigações pactuadas. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. **d. Gerenciamento de capital:** a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia,

limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **e. Risco de liquidez:** relacionado ao descaimento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem hedge de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2017 e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco efetuou cessões de crédito no período divulgado. **19) Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em 30 de junho de 2017, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 12,30%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99. **a. Cálculo do Índice de Basileia:**

**Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia**

	2017	2016
Patrimônio líquido	37.045	34.786
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	37.045	34.786
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWACPAD)	14.163	11.734
2 - Risco de mercado (RWAMPAD)	-	-
3 - Risco operacional (RWAOPAD)	13.690	12.536
<b>Total</b>	<b>27.853</b>	<b>24.270</b>

C - Patrimônio de Referência Exigido (1+2+3)  
D - Alocação de capital para cobertura de risco das operaç, sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação 843 365  
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D") 8.349 10.151  
F - Adicional de Capital Principal 3.764 3.164  
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"- "F") 4.584 8.615  
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAAN 28.696 24.635  
I - Total das exposições ponderadas pelo risco 28.696 24.635  
J - Capacidade de alavancagem: ("E"/"H")\*9,25 90,253 102,796  
L - Índice de Basileia: ("B"/("C"+"D"))\*9,25 12,30 14,15  
M - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"+"D")/9,25))\*100 11,94 13,94

**Limites Operacionais:** O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 30 de junho de 2017, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Margem
<b>30/06/2017</b>			
Compatibilização do Patrimônio de Referência com o Patrimônio de Referência Exigido	28.696	37.045	129,09%
Imobilização	18.522	836	5,0%
<b>30/06/2016</b>			
Compatibilização do PR com PRE	24.635	34.786	141,21%
Imobilização	17.393	754	4,0%

**Wilmar Hammerschmitt** - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações; **Fábio Von Groll** - Diretor Adm. e Financeiro; **Ademir Rogério Diel** - Diretor de Negócios; **Adelar José Diel** - Contador CRC/RS 062617.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Santo Cristo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou encerrar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.